

Europa – Liberdade e Oportunidade

Moção temática dos deputados do PSD ao Parlamento Europeu

43º Congresso do PSD

Anadia, junho de 2026

Paulo Cunha (chefe da delegação), Lúdia Pereira (vice-presidente de bancada)

Hélder Sousa e Silva, Sérgio Humberto, Paulo do Nascimento Cabral
coordenação: Sebastião Bugalho (porta-voz)

Introdução

A realização do 43º congresso do Partido Social Democrata coincide com o segundo aniversário do mandato dos deputados europeus eleitos para a legislatura 2024-2029, o que impele tanto à reflexão como à projeção do seu trabalho.

Em 2026, essa reflexão assume uma dimensão histórica: Portugal celebra 40 anos de adesão à então Comunidade Económica Europeia, hoje União Europeia, e o PSD assinala 30 anos de adesão ao Partido Popular Europeu, a família política europeia com maior representatividade.

Ora, as duas datas que coincidem não são somente comemorativas. Recordam que a integração europeia foi, para o nosso país, uma escolha de liberdade e oportunidade, e que, para o PSD, a pertença ao PPE consolidou Portugal no centro da decisão europeia, ao lado das forças reformistas e humanistas que tanto contribuíram para a construção da Europa como a conhecemos.

Hoje, o mundo não é o mesmo de aquando da nossa tomada de posse, nem será o mesmo no dia em que virmos o nosso mandato terminado.

A moção temática e conjunta que a delegação leva a este congresso advém dessa consciência – de trabalho constante num ambiente de aceleração e transformação sem antecedente – e também da articulação que, enquanto equipa, procurámos estabelecer com o Governo nacional, com os dois Governos e parlamentos regionais, com os nossos autarcas e autoridades locais, assim como com a Assembleia da República, tanto no contexto da Comissão dos Assuntos Europeus, quanto com o Grupo Parlamentar do PSD.

Em Bruxelas, em Estrasburgo, na diplomacia e na presença no terreno em todo o território português – continental e insular –, a delegação fez valer o seu programa eleitoral, merecedor da confiança de mais de 30% dos eleitores, a sua mobilização em iniciativas setoriais e comunitárias, em aproximação ao partido e à sociedade civil, num espírito de complementaridade e exigência para com os centros de decisão nacionais e com as instituições da União Europeia.

A moção, construída pelos seis elementos da delegação que representa o PSD no Parlamento Europeu, estrutura-se em seis capítulos: **Democracia e Soberania; Inovação e Indústria; Coesão, Ultraperiferia e Orçamento; Defesa e Resiliência; Energia e Ambiente; e Desenvolvimento Global.**

De forma holística, integrada e transversal, cada um contribuiu para cada prioridade, assente no trabalho parlamentar que tem protagonizado, assim como no conhecimento dos pilares europeus que influenciam as políticas nacionais e nas especificidades portuguesas que não dispensam a integração europeia.

Em conjunto, os eurodeputados sociais-democratas apresentam a este congresso a proposta de **adotar o modelo concorrencial de instalação de agências e institutos europeus** – em que cada Estado-membro é livre de se apresentar à Comissão Europeia como anfitrião de novos organismos europeus – para os futuros institutos públicos nacionais a criar em Portugal, **permitindo a qualquer concelho e município candidatar-se a acolher no seu território futuras entidades do Estado português, numa lógica de descentralização por mérito**, inspirada na identidade do nosso partido e nas melhores práticas da nossa Europa.

Soberania e Democracia

Foco no futuro. A Democracia é uma construção e reconstrução permanente e cabe aos seus titulares defendê-la, também protegendo os seus futuros obreiros.

O combate à desinformação e à manipulação algorítmica é fundamental, sendo-o apenas possível através de uma governação democrática da inteligência artificial que promova inovação sem abdicar de direitos fundamentais, nomeadamente através de mecanismos de responsabilização perante abusos tecnológicos, como *deepfakes* e desinformação, **que ferem as democracias e, em particular, as minorias mais vulneráveis nas democracias.**

No contexto da interferência externa, para países da União e para países candidatos à adesão à União, as urnas de voto ainda são os seus campos de batalha. Nesse sentido, **a soberania digital é um imperativo da defesa da democracia europeia.** E Portugal tem – e terá – voz ativa nesse combate.

Inovação e Indústria

Para preservar a Europa Social é urgente dar condições de crescimento e investimento à Europa da Competitividade. Uma sem a outra já não têm viabilidade nem horizonte de futuro. A dupla transição – verde e digital – não é um peso para a indústria europeia, mas antes uma oportunidade.

Em Portugal, ativos estratégicos como as energias renováveis, o hidrogénio e a economia azul devem estar ao lado dessa busca de inovação, produtividade e criação de riqueza. O projeto-piloto para um Observatório Europeu do Mar Profundo, por exemplo, foi uma das primeiras propostas concretizadas pela delegação nos primeiros dois anos de mandato.

Com um mercado único integrado – com mais harmonização e menos barreiras regulatórias –, a conclusão da União dos Mercados de Capitais e da União Bancária, a UE assumiria **a competitividade como um ativo geoestratégico num contexto internacional crescentemente hostil e imprevisível**. O ‘28º regime’ avançado pela Comissão é um sinal no sentido certo.

No plano europeu, além da redução da carga administrativa e burocrática, é indispensável manter previsibilidade regulatória e um acesso estável a energia, mão de obra, investimento e matérias primas. A criação de escala empresarial – a nível nacional e também europeu – é, por isso, incontornável.

Coesão, Ultraperiferia e Orçamento

No ano que decorre, é negociado o Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034, com uma proposta da Comissão Europeia que modifica a arquitetura orçamental da União como a conhecemos até hoje.

Num momento de conjugação de prioridades – tradicionais e disruptivas –, a UE tem de preparar-se para um ambiente de elevada exigência a nível político, económico, social, ambiental e de defesa do seu espaço comum.

No próximo ciclo orçamental, o PSD defende que os Planos de Parceria Nacional e Regional tenham, no mínimo, **um financiamento pré-alocado a cada Estado-membro que seja equivalente aos valores atribuídos nos envelopes nacionais hoje em vigor**, com valores protegidos por política setorial.

A delegação de eurodeputados sociais-democratas defende, como já o havia feito, uma discussão aberta e séria sobre novas receitas próprias que reforcem a autonomia do orçamento europeu, reduzindo a sua dependência de contribuições nacionais.

No processo de simplificação orçamental, é importante garantir **uma democratização do acesso aos fundos europeus**, nomeadamente os concorrenciais, que **no quadro em execução concentraram 80% do Horizonte Europa em apenas cinco Estados-membros da União**, não aproveitando em pleno **o talento de todo o território da UE** nem capacitando – e dando a oportunidade de capacitar – economias como a portuguesa com investimentos dedicados à inovação, à investigação e à tecnologia.

A agenda tem de ser crescimento, sim, mas **para todos os que querem crescer**.

Segundo o Tribunal de Contas Europeu, a execução do Innovation Fund, crítico para a capacidade de inovação empresarial e para o escalar das empresas e tecnologias europeias, teve **uma execução de apenas 2.9% face ao envelope financeiro recebido**, o que demonstra o impacto da burocracia europeia na entrega de recursos às empresas mais qualificadas e inovadoras. **A relação das empresas com as agências e fundos europeus tem de ser repensada desde a base.**

No âmbito do quadro em negociação, o PSD defende uma governação multinível, que incorpore **autoridades nacionais, regionais e locais no desenho, implementação e execução e avaliação de fundos europeus**.

A preservação da Política Agrícola Comum e da Política Comum de Pescas e a valorização da Coesão como contributos para uma UE mais autónoma, face aos desafios externos, e menos desconexa, no plano político interno, é fundamental.

No ano que marca o cinquentenário das autonomias regionais, **o PSD no Parlamento Europeu não prescinde da defesa das Regiões Ultra-Periféricas** no plano financeiro, político e geoestratégico. A especificidade da ultraperiferia, consagrada no 349º artigo do Tratado Sobre o Funcionamento da União Europeia, é um compromisso fundacional da nossa integração e da nossa democracia. Cabe à União – e aos representantes eleitos de todos os portugueses

– fazê-la valer como ativo que é. A defesa do POSEI Agricultura e o restabelecimento do POSEI Pescas foram fruto dessa noção.

No âmbito dos transportes, o PSD no Parlamento Europeu posiciona-se diante da revisão das regras europeias como **um defensor convicto dos direitos dos passageiros** no espaço da União Europeia, procurando permanentemente o equilíbrio certo entre a sustentabilidade das operações empresariais com a máxima proteção de quem viaja.

Entre as políticas defendidas que impactam o dia-a-dia de milhões de passageiros da União, o PSD rejeitou **retrocessos como a redução das indemnizações por atrasos de viagens** ou a penalização pelo transporte de bagagens de cabine, numa estratégia que **prefere regras harmonizadas, transparentes e mais adaptadas à era digital**, que eliminem ambiguidades operacionais geradoras de assimetrias entre companhias aéreas, práticas fragmentadas e taxas ocultas que só vêm distorcer o Mercado Único.

Também nesta área setorial, o PSD avançou – e concretizou como posição do Parlamento Europeu – o POSEI Transportes, em prol da coesão e da continuidade territorial europeia.

No que à Habitação diz respeito, a delegação bateu-se com sucesso pelo reforço orçamental das verbas disponíveis para a construção de Habitação no atual quadro orçamental e manterá essa posição nas negociações para o próximo ciclo de fundos europeus.

Na discussão do Plano Europeu para a Habitação Acessível, apresentado no final de 2025 pela Comissão e do primeiro relatório do Parlamento Europeu para a Habitação, já este ano, o PSD posicionou-se com base em políticas nacionais bem-sucedidas, como o alívio da carga fiscal e burocrática sobre os setores e agentes do mercado habitacional, a liberalização das verbas da Coesão para a construção de habitação – já avançada na revisão intercalar do QFP em vigor – e a valorização do papel do Banco Europeu de Investimento na dinamização do mercado e em políticas de investimento sustentável, como as consubstanciadas em Portugal no tempo mais recente.

Em trabalho parlamentar, a delegação de eurodeputados sociais-democratas fez aprovar por larga maioria – inclusivamente da oposição – uma proposta que

estabeleceu **uma rede de recomendações comuns para políticas de Habitação entre os Estados-membros da União**, promovida pelo Parlamento, numa lógica voluntária e intergovernamental que promova partilha de políticas, conhecimento, mecanismos de investimento e soluções para a crise habitacional de forma voluntária entre os 27 Estados-membros da UE.

Defesa e Resiliência

Portugal deve impor-se como parte estruturante do desenvolvimento do Pilar Europeu da NATO, contribuindo e cumprindo com os seus compromissos assumidos na última cimeira da Aliança, justamente há um ano.

O reforço das capacidades de defesa de cada Estado-membro da UE traduz-se, no imediato, no aumento **da nossa capacidade conjunta de dissuasão face ao risco de novas invasões** de potências agressoras.

Portugal é um aliado inquestionável e inamovível de uma paz justa, segura e duradoura para a Ucrânia e para os ucranianos, seja na defesa das suas fronteiras constitucionalmente consagradas, seja na reconstrução do seu território após a guerra de agressão russa, seja no quadro das negociações e conversações que visem alcançar essa paz.

Portugal não ignora nem se esconde num quadro de mudança acelerada da ordem internacional, assumindo-se como um defensor do multilateralismo, do Direito Internacional e dos direitos humanos e **não negligenciando a sua vocação atlântica**, particularmente vincada pelas suas regiões autónomas e pela sua história quase milenar.

Portugal encara o investimento em defesa como oportunidade para o seu tecido empresarial e desenvolvimento tecnológico, designadamente através dos novos instrumentos de financiamento europeu para o setor, assim como pelo seu reforço no âmbito do Quadro Financeiro para o ciclo 2028-2034, em que incorporará o pilar da Competitividade.

Portugal reconhece a crescente ameaça de fenómenos climáticos extremos e catástrofes naturais, encarando o robustecimento das suas infraestruturas, de armazenamento, mobilidade e conectividade como uma questão de

soberania, que também carece de articulação e complementaridade com o investimento em Defesa.

O uso dual de equipamento militar a adquirir, possibilitando a sua mobilização para apoio no terreno em situações de crise de Proteção Civil, é frequentemente valorizado pelos deputados europeus sociais-democratas.

A utilização dos sistemas espaciais europeus Galileo, Copernicus, IRIS2 e GOVSATCOM para monitorização, deteção precoce e sistemas de aviso público de crises de proteção civil deve ser expandida e colocada em prática o mais brevemente possível, para a preservação dos 27 Estados-membros da União Europeia.

O reforço da aposta europeia nas capacidades de acesso ao espaço a partir do nosso território é uma prioridade que conjuga esforços nacionais, dos eurodeputados e também da Comissão, que já enalteceu o potencial português nesse campo.

Energia e Ambiente

Uma energia cada vez mais limpa para uma Europa cada vez mais autónoma, é o objetivo de quem encara os desafios energéticos da UE de forma realista e pragmática. Sem substituir segurança económica por ambição ambiental, **sem que a descarbonização se torne sinónimo de deslocalização industrial** para fora do espaço europeu e sem agravar o peso da carga burocrática e administrativa sobre os que fazem crescer a economia.

A transição energética, para ser consumada, deve proteger a capacidade produtiva europeia, **assumindo-se como um fator de competitividade para a Europa e da sua emancipação de cadeias de produção** excessivamente dispersas e vulneráveis à pressão de um ambiente internacional hostil e imprevisível. O plano de ação para a eletrificação, já anunciado pela Comissão, abre oportunidade a contributos como o português.

No Parlamento Europeu, o PSD tem pautado a sua intervenção nesta matéria alavancando a sua ação política em propostas como (1) a reforma do **Innovation Fund e do Investment Booster**, passando de subsídios avultados e pouco eficazes para instrumentos baseados em produção (*output-based*) e

financiamento reembolsável, (2) a concretização de uma União da Energia que garanta segurança de abastecimento e competitividade à nossa indústria, nomeadamente **através de projetos de interligação transfronteiriça** e (3) a promoção de **clusters industriais verdes** que criem ecossistemas industriais integrados (hidrogénio, baterias, materiais verdes) que atraiam investimento estrangeiro, garantam estabilidade regulatória, licenciamento expedito e diplomacia económica ao serviço das exportações portuguesas.

Desenvolvimento Global

O momento de rearranjo dos equilíbrios de poder entre superpotências e blocos geopolíticos é um desafio para a Europa. A velocidade dos eventos ultrapassará sempre a rapidez das instituições, o que torna a sua adaptação uma questão lógica. A União Europeia do futuro será, necessariamente, **mais larga, mais ágil e mais soberana**, se desejar perseverar enquanto projeto nesse futuro.

No quadro mais imediato, a diversificação de relações e acordos comerciais com parceiros confiáveis na América Latina, no Indo-Pacífico e em África tem marcado o segundo mandato da Comissão Von der Leyen.

Nesse contexto, **do sucesso da aproximação à Índia à assinatura do acordo Mercosul**, Portugal tem relações antigas e privilegiadas com países que começam hoje a desenhar um futuro mais entrelaçado com a Europa, além de uma excecionalidade que justifica a proposta do PSD para uma **Nova Estratégia Europeia para o Atlântico** e que favorece o envolvimento português em iniciativas recentes da Comissão como **o Pacto para o Mediterrâneo e a Iniciativa para a Resiliência Sanitária Global**.

O PSD, nos seus vários níveis de responsabilidade política, não abdicará de potenciar uma nova centralidade portuguesa nessa geografia de parcerias.